

**Entre Glórias:
paisagens do esquecimento na Glória — Rio de Janeiro**

Domitila Almenteiro

Mestranda PROARQ, UFRJ, Brasil
domitila.amenteiro@fau.ufrj.br

Vera Tângari

Professora Doutora, UFRJ, Brasil.
vtangari@fau.ufrj.br

RESUMO

Com o objetivo de estudar os espaços livres públicos cotidianos e as diferentes formas de apropriação nas proximidades da mureta do bairro da Glória, no Rio de Janeiro, foi realizada uma análise multiescalar da paisagem, identificando a mureta existente como elemento estruturador da paisagem. A mureta é entendida como um vestígio do passado, funcionando como afastamento e esquecimento da Baía de Guanabara, ao mesmo tempo em que é uma lembrança das águas e histórias que ali existiram. Além disso, funciona como um limite físico que conforma espaços distintos, ocupados principalmente por grupos sociais formados por trabalhadores, travestis e pessoas em situação de rua, que fazem desses espaços o seu local de vida, trabalho e resistência, mas ainda assim seguem “esquecidos” pela sociedade e pelo poder público. O presente texto é fruto de trabalho em desenvolvimento Programa de Pós-Graduação em arquitetura da UFRJ, e das experiências pessoais vivenciadas no bairro da Glória. Através da identificação de diferentes Unidades da Paisagem foram definidos critérios de avaliação divididos em chaves de leitura distintas, sendo possível caracterizar o território sob diversos aspectos que jogam luz às dimensões intangíveis da paisagem, em especial os conflitos e contradições. Os resultados são apresentados em mapas, cortes e sintetizados em quadro analítico.

PALAVRAS-CHAVE: Paisagem. Espaços Livres Públicos. Territorialidades. Análise Multiescalar. Narrativas.

INTRODUÇÃO: MEMÓRIAS OCULTAS - DO KARIOCA AO CARIOCA

Localizado na Zona Sul do Município do Rio de Janeiro, inserido na Área de Planejamento 2 (Figura 1), situado na divisa com a Zona Central e ao pé do morro de Santa Tereza, o bairro da Glória foi escolhido como território a ser analisado. Considerado o primeiro bairro da Zona Sul, sua história está entrelaçada ao início da urbanização do Município do Rio de Janeiro.

Antes do processo de colonização da cidade, o território era ocupado por Tupinambás que viviam principalmente próximos aos leitos dos rios. Uma das principais aldeias da Guanabara, nomeada de Karióka (em tupi-guarani, casa dos carijós) se localizava às margens do Rio Carioca, ao lado do atual Outeiro da Glória (SILVA, 2015). Em 1567, neste local, ocorreu a batalha de Uruçumirim, que marcou o fim das aldeias e o início da ocupação europeia.

A cidade como é conhecida hoje começou a se desenvolver a partir dos locais com acesso a água potável, como a foz do Rio Carioca – no bairro da Glória – e os caminhos utilizados inicialmente pelos indígenas se transformaram nas primeiras vias por onde a cidade cresceu. Apesar da importância histórica do bairro no período pré-colonial, marcada pela resistência dos povos indígenas, não há nenhum monumento ou menção à memória Tupinambá no local.

Construída durante o período escravocrata do Brasil, a mureta da Glória foi uma das primeiras intervenções feitas na cidade com o intuito de conter as águas da Baía de Guanabara e assorear a foz do Rio Carioca. O local passou então a ser usado para descarregamento de navios, um trabalho exercido por trabalhadores escravizados que, além deste e de outros serviços, recolhiam água para o abastecimento das casas.

Durante a gestão do prefeito Pereira Passos, entre 1902 e 1906, a então capital passou por uma reforma urbanística inspirada na remodelação de Paris da segunda metade do século XIX. O Rio de Janeiro passou, então, a ser conhecido como a “Paris Tropical” e o bairro da Glória tornou-se um espaço-símbolo desse momento. Este período de reformas foi marcado por demolições e arrasamento de morros que serviram como insumos para os aterros. Destaca-se a abertura da ligação viária entre Botafogo e Centro, sobre aterro oriundo do desmonte do Morro do Senado, a construção da Praça Paris (1929) sobre mais um aterro — este proveniente da demolição do Morro

do Castelo —, e na década de 1960, a criação do Parque do Flamengo, redefinindo novamente os limites do bairro (Figura 1).

Figura 1: Mapa de localização do bairro da Glória nas Áreas de Planejamento do Município do Rio de Janeiro, com demarcação dos limites dos bairros e identificação da área de aterro.



Fonte: Elaborado pelas autoras sobre imagem do acervo do Grupo SEL-RJ, 2022.

Por debaixo das pedras dos aterros que formam o bairro da Glória, existem centenas de histórias soterradas, especialmente as das famílias desalojadas nos processos de desmonte dos morros. A mureta é um marco desses processos históricos de aterros e ao mesmo tempo um abrigo para novas narrativas.

Johann Michel (MICHEL, 2010), dentre outros autores, acredita na construção de uma narrativa coletiva feita pelos poderes públicos como pilar central no modo de ação pública vigente. Entretanto, afirma que essas narrativas supostamente se orientam a unir membros de uma sociedade ao redor de uma história comum, mas acabam dizendo mais sobre a maneira pela qual o poder se coloca em cena e sobre seus valores do que propriamente sobre a memória coletiva na qual supostamente se apoiaria.

As cidades não são feitas só de ferro e concreto, mas de pessoas. O apagamento das histórias que compõem a formação do bairro – desde os povos originários, passando pelas populações escravizadas e então pelos desalojados – se refletem em diversas formas de esquecimento nos dias de hoje. Atualmente, esse território é ocupado por outros grupos sociais “esquecidos” pela sociedade, que incluem trabalhadores, travestis e pessoas em situação de rua, e que fazem de sua presença uma forma de existência e resistência (TÂNGARI; SCHLEE; ANDRADE, 2009).

O PAPEL POSSÍVEL DOS ESPAÇOS LIVRES PÚBLICOS

Com o objetivo de estudar os aspectos intangíveis da paisagem — afetividade, territorialidade, disputas e conflitos — e assim interpretar diferentes formas de percepção do ambiente na escala do cotidiano, o presente trabalho se aporta nos conceitos de ‘Territorialidade’, ‘Atmosferas de Preferência’ e ‘Pracialidades’.

Em artigo desenvolvido pelo Grupo SEL-RJ (SCHLEE et al., 2009), os autores traçam um panorama dos conceitos agregados ao Sistema de Espaços Livres (SEL) a partir da definição proposta por Miranda Magnoli que define os **espaços livres urbanos** como “espaços livres de edificação: quintais, jardins públicos ou privados, ruas, avenidas, praças, parques, rios, florestas, mangues e praias urbanas, ou simples vazios urbanos” (MAGNOLI, 1982, p. 243).

Esses mesmos autores definem **território** enquanto vinculação de poder sobre um espaço (com enfoque espacial, geopolítico ou socioeconômico) e construção social que incorpora processos econômicos e produtivos, que se manifesta sobre base física, delimitando marcas e marcos de identidade cultural (SCHLEE et al., 2009). Na área da psicologia, o termo **territorialidade** envolve comportamento e cognição relacionados a um lugar. Através dessa abordagem, Lamounier e Yamaki compreendem que “territorialidade é um padrão de comportamento e atitudes mantido por um indivíduo ou grupo, baseado no controle de determinado espaço físico, que possa envolver ocupação habitual, defesa, personalização e demarcação” (LAMOUNIER; YAMAKI, 2005, p.15).

Buscando o entendimento da cidade através das vivências cotidianas, utiliza-se como fundamentação as reflexões abordadas em texto, onde os autores argumentam que o conceito de **atmosferas** contempla os aspectos intangíveis da paisagem, sendo a ideia de **atmosferas de preferência** entendida como atmosferas memoráveis do cotidiano, e que se relacionam à vivência na cidade na escala da vida mais íntima e compõe o imaginário coletivo (LAMOUNIER et al., 2019).

Para auxiliar na compreensão das apropriações espontâneas identificadas nos espaços conformados pela mureta, utiliza-se o conceito **pracialidades**. O termo, cunhado pelo pesquisador Eugênio Queiroga, é definidor de formas de apropriação pública, participativa e espontânea dos espaços livres. O autor compreende que espaços dotados de pracialidade se apresentam como elementos de identidade do lugar, sendo, inicialmente, solução compensatória à deficiência de espaços livres qualificados. Ressalta ainda que as áreas dotadas de pracialidade, mesmo que adaptadas ou improvisadas, por vezes se fundamentam como os principais espaços da esfera de vida pública, voltado ao ócio, convívio e lazer nos locais onde se inserem:

Em boa parte, não são áreas oficialmente destinadas ao ócio, revelando o descaso entre a produção oficial da cidade e a demanda de equipamentos públicos para os pobres, que mais necessitam locais gratuitos para o ócio. A ação do Estado é pífia na constituição de áreas livres nos bairros de periferia e nos conjuntos habitacionais. São raras as praças efetivamente implantadas e mantidas pelo Poder Público nos bairros pobres, mas são fundamentais os “espaços livres” informalmente constituídos pela própria população (QUEIROGA, 2001, p. 220).

O sistema de Espaços Livres Públicos é o cerne das análises realizadas no bairro da Glória, que têm o objetivo de estudar a escala do cotidiano e as diferentes formas de apropriação a partir da investigação das práticas cotidianas que nele se manifestam e nas narrativas de distintos agentes urbanos que vivenciam essas áreas através do trabalho e resistência.

Os conceitos aplicados embasam a análise a seguir descrita. As ideias de atmosfera de preferência e territorialidade tratam das distintas formas de percepção e apropriação do espaço,

enquanto pracialidades se aplica diretamente ao tipo de espaço livre a ser estudado se relacionando com o sentido de afetividade.

LEITURAS DA PAISAGEM: O QUE A RUA FALA

A metodologia aplicada para este artigo se debruça no território de estudo com a proposta de descortinar as camadas que o compõem e se aproximar das dinâmicas urbanas e sociais imbricadas. Através do método de Compartimentação da Paisagem desenvolvida no Projeto Orla (BRASIL/MMA, 2002), são identificadas Unidades da Paisagem na área definida. Este método se torna ainda mais pertinente uma vez que, mesmo com o processamento do seu limite sendo alterado constantemente, o recorte de estudos se caracteriza como uma orla costeira.

Este procedimento consiste na divisão e subdivisão em unidades diversas, propiciando o aprofundamento da análise em múltiplas escalas. Nesse contexto, compreende-se por Unidade da Paisagem um recorte territorial que apresenta certo grau homogeneidade de configuração, dependendo da escala de análise, caracterizada pela disposição e dimensão similares dos quatro elementos definidores da paisagem: o suporte físico; a estrutura e padrão de drenagem; a cobertura vegetal; e a forma de ocupação (MAGALHÃES; MANETTI; TÂNGARI, 2013).

Uma vez definidas as Unidades de Paisagem, são estabelecidos critérios para avaliação do território. Nas unidades do bairro da Glória foram utilizados cinco critérios propostos pela disciplina Arquitetura da Paisagem: (I) desenho da paisagem e suas contradições; (II) estrutura morfológica e paisagem conformada; (III) conflitos socioambientais e sócio culturais; (IV) padrões de ocupação e desocupação; e (V) afetividade e territorialidade.

Para cada critério descrito acima, este trabalho propõe uma chave de leitura específica em busca de uma aproximação com a escala do cotidiano que permita um olhar focado nos objetivos almejados. Os critérios de avaliação se articulam com essas chaves de leitura da seguinte forma:

I. Desenho da paisagem e suas contradições. Para este critério, aprofundou-se o papel do (a) **suporte físico** e as principais configurações da unidade destacando os espaços livres que conformam a unidade;

II. Estrutura morfológica e paisagem conformada. Desdobra-se na identificação dos (b) **limites** físicos e simbólicos, apontando barreiras, grades, muros, desníveis, afastamentos e formas de controle;

III. Conflitos socioambientais e sócio culturais. Busca focar nas (c) **disputas e desconexões** com destaque para os conflitos de usos, disputa por espaços nas calçadas, e no confronto entre demanda x oferta, pedestre x automóvel;

IV. Padrões de ocupação e desocupação. Empenha-se na relação entre (d) **dias e horários** entendendo a diferenciação de ocupações diurnas e noturnas, ressaltando esvaziamentos, presenças e ausências de pessoas nos espaços livres públicos;

V. Afetividade e territorialidade. O desdobramento deste critério desloca o olhar para os (e) **“desconhecidos”**, jogando luz nos espaços e grupos sociais “esquecidos” pela sociedade e pelo poder público.

A aplicação dos critérios de avaliação explorados a partir das chaves de leitura indicadas permite a comparação entre as Unidades de Paisagem sem que se perca a visão do conjunto. Buscando facilitar a compreensão do todo, foram produzidos cortes esquemáticos relacionando as

Unidades identificadas e um quadro sintetizando as informações analisadas, apresentados na próxima seção.

ENTRE GLÓRIAS

Localizado entre a Zona Sul e o Centro da cidade do Rio de Janeiro, o bairro da Glória apresenta aspectos de ambos os perfis de gestão. A paisagem é caracterizada por essa espécie de “zona de indefinição” (FUÃO, 2019), marcada por esquecimentos, abandonos e “indisciplinas” urbanas (SIQUEIRA, 2016). Os monumentos abandonados, equipamentos fechados e a poluição da Baía de Guanabara são alguns dos sinais de negligência recorrente do Estado, enquanto a presença de trabalhadores, pessoas em situação de rua e travestis, caracterizam formas de resistência que fazem insurgir memórias enterradas por narrativas opressoras.

Com o intuito de compreender a configuração dos espaços e as diferentes dinâmicas que neles se estabelecem, foram identificadas cinco Unidades da Paisagem no bairro da Glória, apresentadas em planta e cortes esquemáticos (Figuras 2 a 5). Cada Unidade apresenta limites definidos e homogeneidade de configuração, descritos separadamente a seguir.

Unidade 1 - a planície e a mureta: concentrada na área ocupada sem aterros, é caracterizada por ser o encontro entre a parte plana do bairro e a subida para o bairro de Santa Tereza. Delimita-se pela mureta e contempla construções de uso misto, calçada arborizada próxima às construções, calçadão amplo com área de estacionamento na via e vista para a Praça Paris e para o Parque do Flamengo;

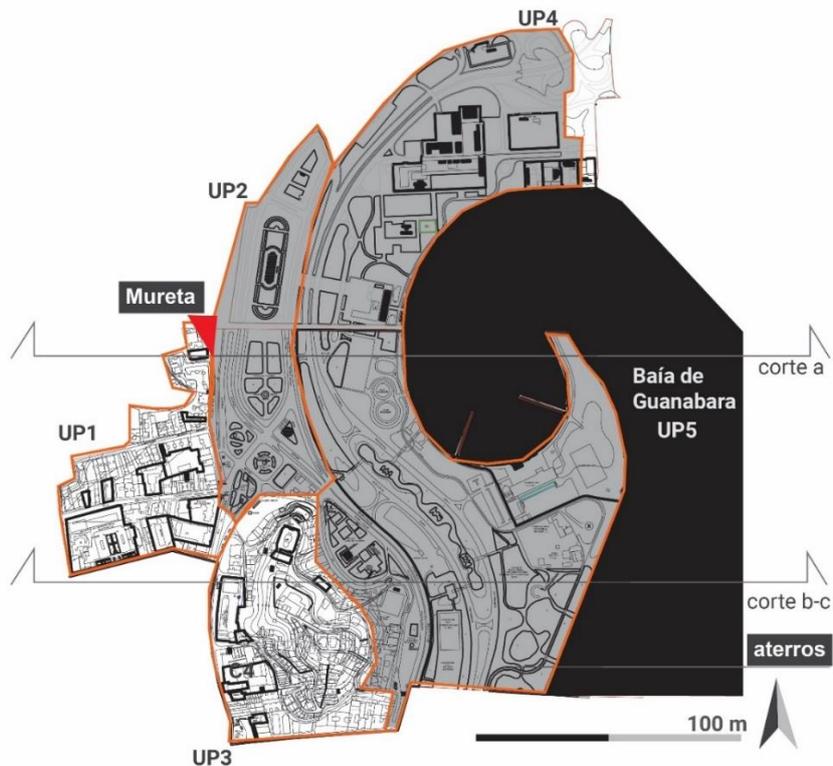
Unidade 2 - a praça e as pistas: localizada na parte baixa da mureta de contenção, está sobre área de aterro e se restringe à área da Praça Paris, vias arteriais e canteiros com vegetação de forração. No limite inferior é delimitada pela subida do Morro do Outeiro;

Unidade 3 - o morro e o aterro: engloba a área de relevo com vias locais sinuosas e casarios antigos de uso predominantemente residencial. É marcada pela forte presença da igreja católica, evidenciada pelo Outeiro da Glória;

Unidade 4 - o parque e a Baía: definida pelos espaços livres públicos e equipamentos de escala metropolitana sobre área de aterro. Inclui o Parque do Aterro do Flamengo, Praça do Russel, Museu de Arte Moderna e Marina da Glória;

Unidade 5 - a água e o além-mar: contempla a Baía de Guanabara e é marcada pela matriz água, por seu panorama costeiro e por sua poluição. As relações estabelecidas são principalmente com funções econômicas, de serviços e atividades pontuais de lazer e esporte.

Figura 2: Mapa das Unidades de Paisagem (UP) no bairro da Glória.



Fonte: Elaborado pelas autoras sobre planta cadastral da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 2021.

Pelo histórico de construção do bairro Glória, descrito anteriormente, a maior parte do território encontra-se sobre área de aterros sucessivos. Esse entendimento auxilia na definição das unidades identificadas, onde é possível observar a predominância de espaços livres públicos voltados ao lazer e espaços de circulação de automóveis (Unidades 2 e 4). As áreas sem aterros (Unidades 1 e 3) concentram as construções de uso habitacional, comercial e de serviços e são caracterizadas por casarios antigos e edifícios de gabarito médio. Vale ressaltar que a Baía de Guanabara é entendida por si só como uma unidade (Unidade 5) e, embora seja um elemento marcante da paisagem, se encontra afastada pelas pistas de alta velocidade e se relaciona pouco com o cotidiano do bairro.

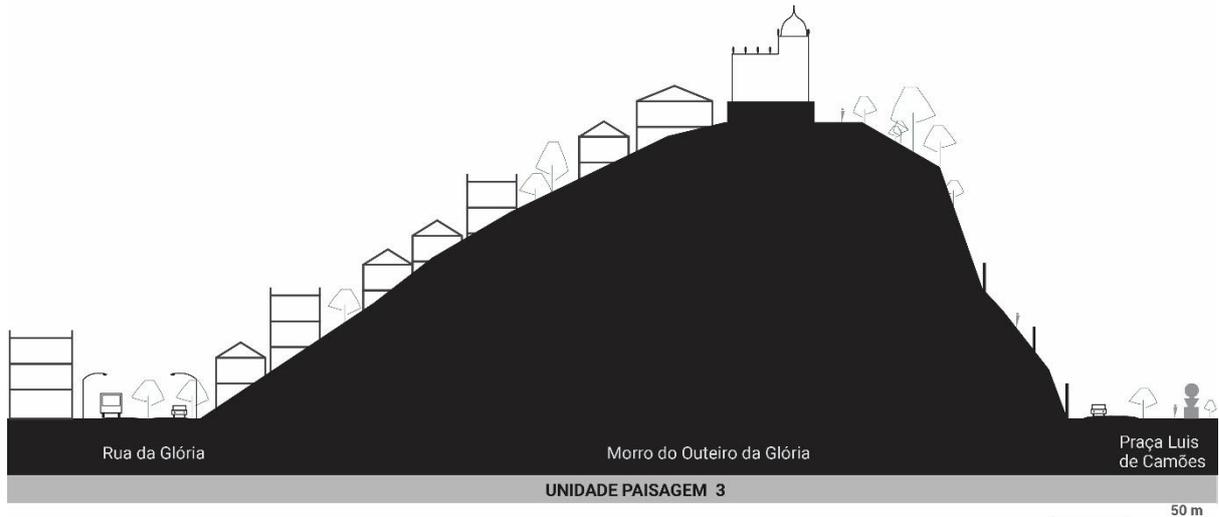
Os cortes esquemáticos colaboram para salientar as relações entre as Unidades e dão destaque aos principais elementos da paisagem.

Figura 3: Corte esquemático (a) das Unidades de Paisagem 1, 2, 4 e 5. Relação entre parte alta e parte baixa da mureta; predominância de Espaços Livres Públicos entrecortados por autopistas; distanciamento da Baía de Guanabara.



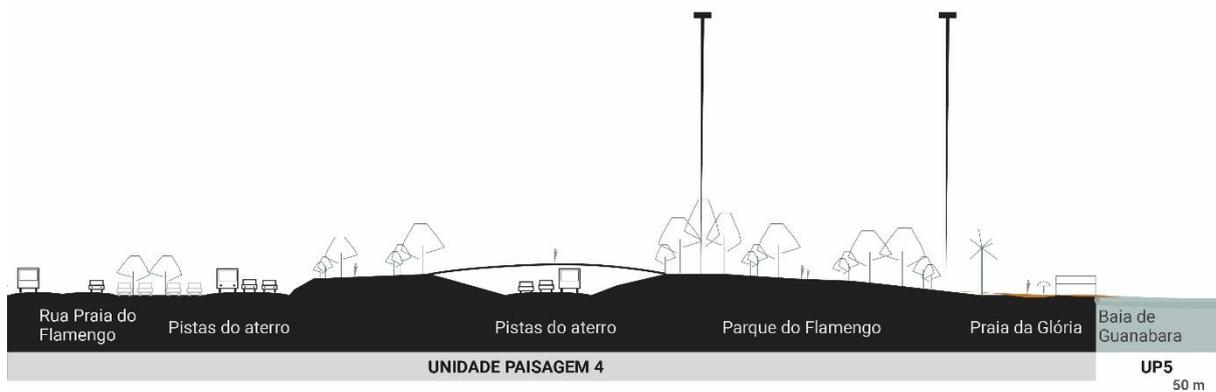
Fonte: Elaborado pelas autoras, 2021.

Figura 4: Corte esquemático (b) da Unidade de Paisagem 3. Relevo se destacando na paisagem, enfatizando a construção do Outeiro da Glória no cume do morro.



Fonte: Elaborado pelas autoras, 2021.

Figura 5: Corte esquemático (c) das Unidades de Paisagem 4 e 5. Predominância de Espaços Livres Públicos entrecortados por autopistas; destaque para os postes de iluminação característicos do Parque do Flamengo; passarela de travessia de pedestres projetadas por Affonso Reidy; praia artificial criada sobre aterro.



Fonte: Elaborado pelas autoras, 2021.

Cada Unidade de Paisagem foi analisada sob os critérios de avaliação pré-definidos anteriormente e organizados em um quadro síntese (Quadro 1). É importante salientar que as avaliações foram realizadas com base em mapas, fotos e relatos, mas também através de observações e experiências pessoais vivenciadas ao longo de anos de convívio no bairro da Glória, entre 2008 a 2019.

Conforme defendido por SILVA et al (2013), os recortes territoriais consideram diferentes agentes de transformação da paisagem dando espaço para o debate dos conflitos e contradições. Nesse contexto, este trabalho parte da investigação das práticas cotidianas que se manifestam nos espaços ao redor da mureta e nas narrativas de distintos agentes urbanos que vivenciam essas áreas através do trabalho e resistência. Sendo assim, com o objetivo de promover esse debate na escala dos espaços livres públicos cotidianos ocupados pelos grupos sociais “esquecidos” pelo poder público, foi realizado um aprofundamento da análise nas Unidades 1 e 2.

Quadro 1: Quadro síntese das Unidades da Paisagem e critérios de avaliação.

Unidades da Paisagem	Critérios de avaliação				
	(I) Desenho da paisagem e suas contradições	(II) Estrutura morfológica paisagem conformada	(III) Conflitos socioambientais e socioculturais	(IV) Padrões de ocupação e desocupação	(V) Afetividade e territorialidade
	Chaves de leitura				
	(a) suporte físico	(b) limites	(c) disputas e desconexões	(d) dias e horários	(e) os desconhecidos
UP1 a planície e a mureta	construções de uso misto, calçada arborizada próxima as construções, calçada amplo com área de estacionamento e mureta com vista para a praça e o parque	diluição dos limites do bairro; afastamento da água gerado pelos aterros marcado pela mureta; isolamento do calçada pelo estacionamento linear	disputa de território no espaço da calçada shopping chão x transeuntes demanda por água potável x fonte de água desativada conservação x uso do patrimônio	ocupação diurna: circulação pedestres, uso das calçadas pelo comercio informal e ponto de moto taxi ocupação noturna: cadeiras de bares e restaurantes, estacionamento das 'burrinhas'	sensação de vazio causado pela expulsão do shopping-chão (o medo do desconhecido cria preconceitos com os trabalhadores e pessoas em situação de rua) fonte de água degrada marca a falta de uso
UP2 a praça e as pistas	parte abaixo da mureta de contenção, via arterial, canteiros com forração e a praça arborizada gradeada (Praça Paris)	barreira formada pelo desnível , grade da praça, pistas de alta velocidade	travessia das pistas: pedestre x automóvel conflito de usos: travestis x moradores pessoas em situação de rua x repressão prefeitura falta de sanitários públicos x banheiro público desativado	ocupação diurna: pontos de ônibus, lazer e esportes na praça e feira ao domingo ocupação noturna: calçada travestis, canteiros usados por pessoas em situação de rua para dormir e ensaios artísticos na praça	banheiro público fechado na ditadura militar por alegações homofóbicas ao lado do ponto travestis monumentos: Monumento ao Marechal Deodoro Fonseca (abriga os restos mortais)
UP3 o morro e o aterro	relevo com vias locais sinuosas, casario antigo de uso predominantemente residencial, forte presença da igreja católica marcada pelo Outeiro da Glória	barreira formada pelo desnível na base do morro, falta de visibilidade causada por muros altos, ladeiras íngremes	desconexão entre a parte alta e parte baixa insegurança gerada pelos limites murados no desnível do relevo presença de pessoas em situação de rua x repressão prefeitura	ocupação diurna: presença de poucos turistas no morro do Outeiro, área de circulação para acessar o parque ocupação noturna: esvaziamento dos espaços	monumentos: escultura de São Sebastião morto memorial Municipal Getúlio Vargas
UP4 o parque e a Baía	espaços livres públicos de escala metropolitana (Parque do Aterro do Flamengo), marina da Glória	acesso controlado aos equipamentos culturais públicos (MAM, Monumento aos Pracinhas)	desafios na preservação do patrimônio desconexão entre o bairro do cotidiano e os espaços livres públicos	ocupação diurna: lazer e esportes, estacionamento e circulação ocupação noturna: esvaziamento dos espaços	monumentos: Monumento Nacional aos Mortos da Segunda Guerra Mundial (Monumento aos Pracinhas)
UP5 a água e o além-mar	Baía de Guanabara. Uso como transporte, serviços de marinha e atividade industrial, atividades pesqueiras, espaço lazer e esporte	travessia: carência de transporte coletivo poluição: restrições de uso acesso controlado a marina	conflito de usos causados pela poluição da água desconexão com ilhas e territórios da outra borda pela falta de transporte coletivo	ocupação diurna: lazer e esportes aquáticos, circulação, atividades econômicas ocupação noturna: esvaziamento dos espaços	praia artificial marca o desconhecimento das histórias das origens dos aterros

Fonte: Elaborado pelas autoras, 2021.

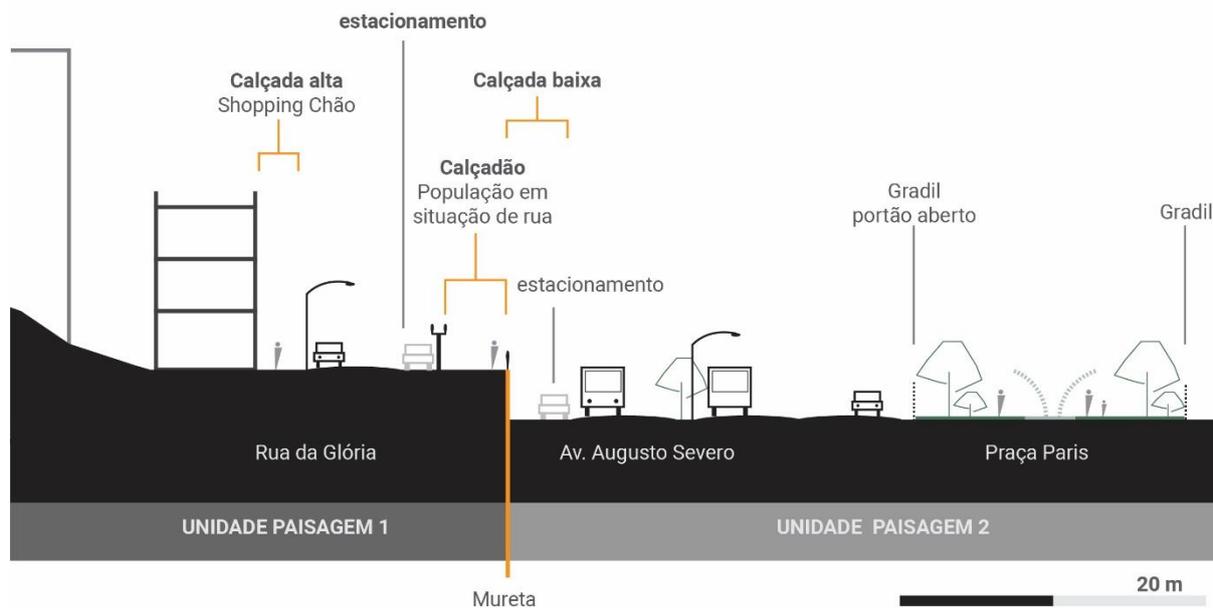
PAISAGENS DO ESQUECIMENTO

A seleção dessas duas unidades se deu através da compreensão de que esses territórios fazem parte do dia a dia do bairro da Glória e abrigam uma diversidade de conflitos decorrentes do convívio de diferentes agentes urbanos. Através das análises realizadas e da fundamentação teórica, buscou-se relacionar a forma, o uso e as diferentes apropriações dos espaços, jogando luz aos esquecimentos que permeiam as dinâmicas do bairro.

As Unidades 1 e 2 — “a planície e a mureta” e “a praça e as pistas” — são marcadas pela presença da mureta de contenção, que funciona como elemento estruturador da paisagem, estabelecendo uma espacialidade dividida entre parte alta e parte baixa. A mureta tem quase três metros de altura formando um muro de pedra e um parapeito composto por balaústres. No seu aspecto simbólico, se apresenta como um vestígio do passado, funcionando como afastamento e esquecimento da Baía de Guanabara, ao mesmo tempo que é uma lembrança das águas e histórias que ali existiram. A mureta também funciona como um limite físico que conforma espaços distintos (Figuras 6 e 7), ocupados principalmente por populações “esquecidas” pelo poder público (grupos sociais mencionados anteriormente).

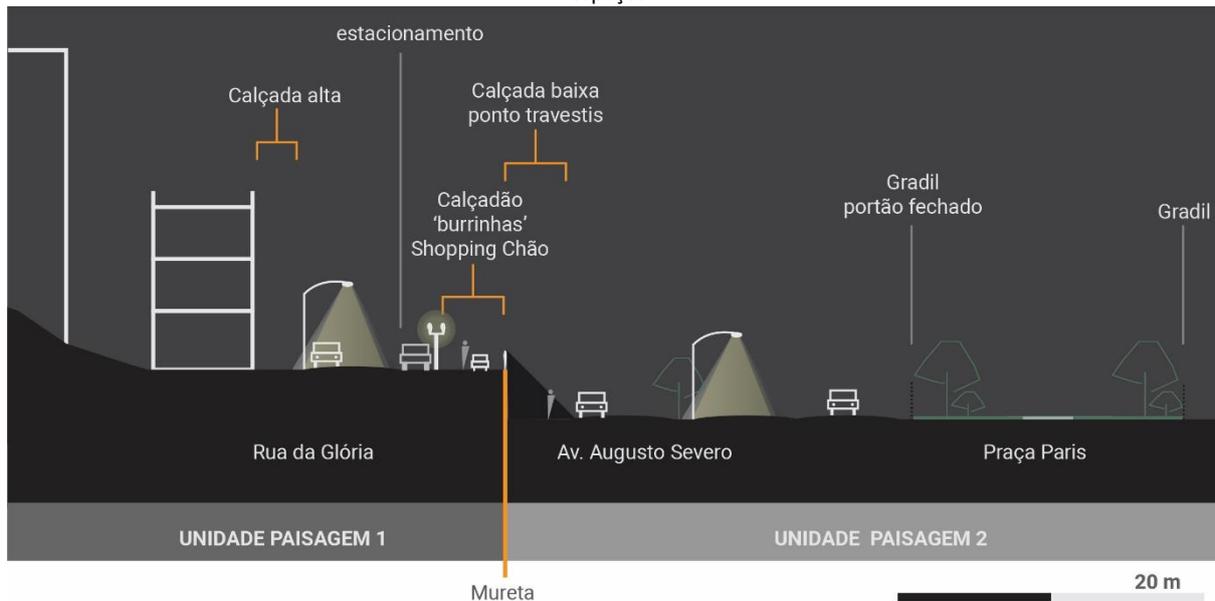
Esses espaços foram subdivididos em três micro territorialidades: a “calçada alta”, o “calçadão” e a “calçada baixa”. A variação nos padrões de ocupação durante os períodos diurno e noturno ressaltam as diferenças nas formas de apropriação dos espaços pelos distintos grupos.

Figura 6: Corte esquemático das Unidades de Paisagem 1 e 2 no período diurno, destacando as diferentes formas de ocupação.



Fonte: Elaborado pelas autoras, 2021.

Figura 7: Corte esquemático das Unidades de Paisagem 1 e 2 no período noturno, destacando a relação sombra e luz nos espaços.



Fonte: Elaborado pelas autoras, 2021.

A “calçada alta”, localizada sobre a mureta, é disputada entre pedestres e vendedores de objetos usados, conhecidos como Shopping Chão. Estes trabalhadores se reconhecem como “garimpeiros urbanos” e percorrem a cidade em busca de objetos variados que depois são vendidos em uma lona exposta no chão. A disputa pelo espaço da calçada muitas vezes é conturbada, gerando conflitos entre moradores, trabalhadores e transeuntes. Como não há uma regulamentação da profissão e nem um espaço destinado ao trabalho realizado pelos garimpeiros, recorrentemente a guarda municipal é chamada para retirar as pessoas e seus objetos.

Durante o dia, os trabalhadores estendem lonas no chão, demarcando a calçada sobre a mureta e conformando um microterritório. A organização e disposição dos objetos são formas de personalização que marcam a identidade do trabalho exercido pelo Shopping Chão (Figura 8). Essa forma de controle do espaço é definida por padrões de comportamento e atitudes (LAMOUNIER; YAMAKI, 2005) mantidas pelo grupo de trabalhadores. Ao chegarem no local, por exemplo, costumam varrer e preparar o local, demonstrando cuidado com o espaço e, assim, reforçando mais um aspecto que compõe a ideia de territorialidade.

Figura 8: Foto das lonas estendidas pelo shopping chão na calçada do bairro da Glória. Registro da população em situação de rua utilizando a mureta como local para fazer refeição.



Fonte: Imagens extraídas do documentário “Shopping chão: garimpo urbano e resistência”, codirigido pela autora, 2018.

O “calçadão” é um espaço delimitado pela rua e pela mureta, formando uma esplanada com vista para a Praça Paris e para o Parque do Flamengo. O estacionamento de carros distribuído ao longo da via (Figura 6) produz um afastamento dos pedestres, acarretando em sentimentos dualistas: ao mesmo tempo em que conforma um espaço recluso e protegido, gera também uma sensação de insegurança para alguns. Por essas características, o “calçadão” se transforma em um ambiente mais reservado, sendo utilizado pela população em situação de rua, que usufrui do local para realizar práticas cotidianas, como o preparo de refeições e momentos de descanso e lazer.

No período da noite, o ‘calçadão’ passa a ser utilizado como área para estacionar as ‘burrinhas’ – carrinhos manuais onde são guardados os objetos do Shopping Chão – e novas relações são estabelecidas. A iluminação baixa, proveniente dos postes antigos com luz amarela (Figura 7), cria uma atmosfera intimista, colaborando para que essa população se sinta resguardada do restante do bairro. Ao longo da madrugada ocorrem momentos de descanso e de troca entre os trabalhadores.

Esse local se relaciona com aspectos da vida mais íntima e compõe o imaginário coletivo desses grupos. A ideia de “atmosferas de preferência” ajuda a compreender o uso desse espaço, já que os autores ressaltam sua relação com a esfera de diferentes cotidianos e a possibilidade de atribuição de múltiplos significados, relacionados a distintas visões (LAMOUNIER et al., 2019).

A “calçada baixa” fica limitada pela amurada de quase três metros de altura – que cria uma “área de sombra” na parte inferior – e pelo corredor formado por áreas de estacionamento de carros nas laterais das vias arteriais (Figura 6). Durante o dia, o local é pouco frequentado, funcionando apenas como espaço de circulação – com exceção dos domingos, quando acontece a feira livre da Glória. No período da noite, usufruindo da privacidade gerada pela área de sombra e da intensa circulação de carros, passa a ser ocupado por grupos de travestis que trabalham como profissionais do sexo (Figura 7).

A conformação dessa atmosfera também gera sentimentos dualistas. Enquanto para os moradores e transeuntes pode causar sensações de insegurança e abandono, para outros – como no caso das profissionais do sexo – compõe um espaço reservado e de intimidade. A permanência desse grupo acarreta situações conflituosas no bairro, já que a sua mera presença desafia conceitos de moralidade e, portanto, configura uma existência pautada pela resistência.

Como demonstrado, esses locais se fundamentam como os principais espaços da esfera de vida pública – e também privada – para os grupos marginalizados pela sociedade. A partir dessas análises, confirma-se a mureta como um elemento estruturador da paisagem, e conformador de micro territorialidades.

Uma das formas de analisar as micro territorialidades é através de sua condição de pracialidade. Em geral, o conceito de pracialidade é utilizado para tratar de periferias e subúrbios – localidades que geralmente contam com poucos espaços livres –, designando locais que são apropriados pela população para usos diversos (MENDONÇA, 2018). Na Glória, há uma abundância de espaços livres, mas esses locais ao redor da mureta são definidores de formas de apropriação pública, participativa e espontânea e, portanto, podem ser entendidos como dotados de pracialidade.

Latour e Santos defendem as cidades como espaços de acolhimento e afeto que visem o bem-estar coletivo, acreditando que o espaço urbano pode servir para consolidar as relações sociais e afetivas (LATOURE, 2020, SANTOS, 2020). Contudo é importante ressaltar que em paralelo à esses

propósitos, é necessário que também haja um aprofundamento nas lutas por moradia e pelos direitos dos trabalhadores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: O ESQUECIMENTO COMO POSICIONAMENTO

O bairro da Glória pode ser, de certa forma, ligado diretamente a várias ideias de esquecimento. O tipo de esquecimento que se vê ali, no entanto, é fundamentalmente diferente daquilo que pode ser detectado em locais mais periféricos da cidade. Ao contrário da maioria dos bairros periféricos e de baixos rendimentos, a Glória conta com uma fartura de espaços livres de tipos e características diversas e sua urbanização se deu de maneira planejada, sendo ponto central de diversas remodelações urbanas, inclusive uma tentativa de reproduzir um perfil de arquitetura europeia.

Entretanto, a sensação de esquecimento evocada pelo bairro visível nos monumentos (e na escolha de quem é representado e especialmente de quem não é representado nestes monumentos), nas ruas, nas praças e também nas pessoas que ali constroem suas vidas, não é uma questão apenas atual. A própria história do bairro passa por aí. Ele é, em si, um emaranhado de memórias, histórias e afetos esquecidos, soterrados pelo crescimento da cidade – e de uma forma específica de fazer cidade. É o esquecimento como posicionamento político.

Nesse sentido, os espaços analisados e suas diversas formas de ocupação são por si só uma forma de resistência. As relações estabelecidas são um retrato da injustiça social, já que grupos numerosos são marginalizados e lembrados apenas em momentos de controle, a partir de um olhar discriminatório. Esses grupos sociais são, porém, partes fundamentais da teia de conexões que forma o território delimitado hoje pelo bairro da Glória. São, de certa maneira, o próprio bairro – representantes não apenas do esquecimento de hoje, mas também de toda a história acumulada de esquecimentos e apagamentos do passado.

Os estudos apresentados jogam luz aos espaços e, principalmente, às pessoas e às práticas cotidianas que nele se manifestam. Também ressalta a importância de diferentes visões e apropriações sobre o bairro da Glória, que nem sempre são reconhecidas pelas narrativas dominantes. O planejamento e intervenções para este tipo de espaços precisam ser pensados levando em consideração também as perspectivas desses mesmos grupos.

A utilização da metodologia de análise da paisagem se fez fundamental para compreensão das camadas que compõem o bairro, em especial por considerar diferentes agentes de transformação da paisagem. O reconhecimento de distintas narrativas e das dimensões intangíveis da paisagem foi aprofundado a partir da utilização dos critérios de avaliação e das chaves de leitura selecionadas, colaborando para destacar o debate dos conflitos e contradições estudados.

Através de uma perceptiva multiescalar, foi possível aprofundar a escala local para compreender os espaços livres públicos cotidianos e as diferentes formas de apropriação que neles se estabelecem. Ademais, foi observado na pesquisa que a organização dos resultados em forma comparativa permite ressaltar a singularidade de cada unidade de paisagem estudada, guardando o entendimento de seu conjunto e estrutura.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, M. D. A. **A Evolução Urbana do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: IPP, 2008.

FUÃO, F. **O que é uma borda?** Disponível em: <https://fernandofuao.blogspot.com/2019/09/o-que-e-uma-borda-fernando-fuao-uma.html?q=entre>. Acesso em: 23 fev. 2022.

LAMOUNIER, A.; CARVALHO, T.; YAMAKI, H.; TÂNGARI, V. Atmosferas de preferência e paisagens cotidianas: a cidade através de múltiplos sentidos. **Anais da Conferência Internacional 2019 / Resensitizing Cities, urban ambiances and senses: Proceedings of the International Conference 2019.**

LAMOUNIER, A.; YAMAKI, H. Espaços Complexos em Londrina: as “ladeiras” Espírito Santo e Alagoas. In: **Anais do I SINPEC** p. 01–21, 2005.

LATOUR, B. **Imaginar gestos que barrem o retorno da produção pré-crise.** Disponível em: <http://www.bruno-latour.fr/fr/node/851.html>. Acesso em: 10 dez. 2021.

SILVA, J.; MANETTI, C.; TÂNGARI, V. Compartimentos e unidades da paisagem: método de leitura da paisagem aplicado à linha férrea. **Paisagem e Ambiente: Ensaios**, n. 31, p. 61–80, 2013.

MAGNOLI, M. **Espaços livres e urbanização: Uma introdução a aspectos da paisagem metropolitana.** [s.l.] Universidade de São Paulo, 1982.

MENDONÇA, B. **Os espaços livres e a estruturação da paisagem: uma avaliação das pracialidades no subúrbio ferroviário do rio de janeiro.** Rio de Janeiro: PROARQ, 2018. ogloria.art.br. Disponível em: <<https://ogloria.art.br>>. Acesso em: 02 fev. 2022.

MICHEL, J. **Podemos falar de uma política do esquecimento?** In: Revista Memória em Rede. v.2, n.3, 2010.

QUEIROGA, E. F. A. **A megalópole e a praça: o espaço entre a razão de dominação e a ação Comunicativa.** São Paulo: Universidade de São Paulo, 2001.

SANTOS, B. DE S. **A Cruel Pedagogia do Vírus.** Coimbra: Edições Almedina, 2020.

SCHLEE, M. et al. Sistema de Espaços Livres nas Cidades Brasileiras – Um Debate conceitual. **Paisagem Ambiente: ensaios - n. 26**, p. 225–247, 2009.

SILVA, R. F. DA. **O Rio antes do Rio.** Rio de Janeiro: Relicário, 2015.

SIQUEIRA, N. **A indisciplina que orienta Design no espaço urbano.** Brasília: Universidade de Brasília, 2016.

TÂNGARI, V. R.; SCHLEE, M. B.; ANDRADE, R. DE. **Sistema de espaços livres: o cotidiano, apropriações e ausências.** Rio de Janeiro: PROARQ-FAU/UFRJ, 2009.